

Afesol: práticas cooperativistas no imaginário rural do Seridó Potiguar

MAIARA SILVA ARAÚJO\*  
SANDRA REGINA GUIOTTI\*

*Malditas sejam todas as cercas! Malditas todas as propriedades privadas que nos privam de viver e amar! Malditas sejam todas as leis, amanhadas por umas poucas mãos para ampararem cercas e bois e fazer a terra escrava e escravos os humanos.*

(Pedro Casaldáliga).

## Introdução

Por tempos o meio rural esteve invisível aos nossos olhos, ou foi compreendido como um espaço desprovido de história. Entretanto, nos últimos anos, uma gama de pesquisadores têm se debruçado sobre o rural, e produzido trabalhos a cerca de sua historicidade. Em um cenário brasileiro, por exemplo, fazemos referência às historiadoras Maria Yedda Linhares e Márcia Maria Menendes Motta, entre outros que voltaram seu olhar para este espaço e de certa forma desconstruíram visões errôneas de um meio que emana história. (LINHARES, 2011:155).

*Mas, como se tem ressaltado tantas vezes, a história da gente comum que trabalha, come e dorme, gera filhos e saberes variados, e que na sua faina cotidiana transforma a natureza ao criar meios de subsistência e técnicas, custou a entrar nas preocupações do historiador como objeto de estudo [...]*

“No Brasil, no entanto, essa tendência é muito recente [...]” (LINHARES, 2011: 160). Porém, podemos afirmar que o historiador vem se preocupando em seu métier em preencher as lacunas deixadas por uma historiografia tradicional, e reafirmado o seu interesse pelo homem comum e por espaços até então pouco estudados, vistos como anti-históricos, como o espaço rural.

Nessa perspectiva, inicialmente o nosso trabalho tem o fito de problematizar as lutas pela posse de terra no Brasil, elucidando os seus aspectos históricos, em um recorte temporal específico, o Brasil nos anos de 1964 a 1985, fazendo menção também aos anos anteriores de forma sucinta. Destacamos as lutas pela posse de terra em nosso país com ênfase no regime

---

\* Graduanda em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte\CERES de Caicó.

\* Graduanda em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte\CERES de Caicó.

Sebastião Leal Ferreira Vargas Netto. (Orientador). Doutor em História Social pela Universidade de São Paulo-USP e professor adjunto da Universidade federal do Rio Grande do Norte - UFRN.

militar porque compreendemos que, foi nesse período que se intentou de fato, uma lei que se destinava a tão desejada reforma agrária no Brasil, que foi o Estatuto da terra. Para esta discussão apropriam-se de teóricos como, Mitsue Morissawa, Maria Yedda Linhares, entre outros.

Parte também de um pressuposto empírico realizado pelo projeto da Incubadora de Articulação de Empreendimentos Solidários – AFESOL nas comunidades rurais do Seridó, que compõem a parte central da nossa pesquisa. Dessa forma, o nosso trabalho se divide em dois breves pontos de reflexão. No primeiro ponto problematizaremos sucintamente a luta pela posse de terra em um cenário nacional, destacando apenas os seus aspectos principais, no contexto do governo militar, como já elucidamos. No segundo ponto descreveremos o projeto AFESOL e o seu trabalho no meio rural do Seridó potiguar, para este fim nos apropriaremos dos relatórios, dos questionários e das rodas de conversas realizadas na comunidade.

Por fim, destacamos que esta pesquisa refere-se apenas a um esboço de um trabalho iniciado no ano de 2012, na comunidade rural Arapuá e que ainda está em andamento. Dessa forma, visamos inquietar, questionar, voltar à história para um espaço invisibilizado, que é o meio rural e tentar compreender o emaranhado das vivências humanas tecidas nesse meio ao longo do tempo, suas lutas pela posse de terra, assim como suas dificuldades em mundo cada vez mais globalizado e marcado pelas diferenças de classes.

### **As lutas pela posse de terra em um cenário de ditadura**

A luta pela posse de terra é histórica. Compreendemos que a sua emergência no Brasil se deu há mais de quinhentos anos<sup>1</sup>. “Nasceu naquele mesmo instante em que os portugueses perceberam que estavam em uma terra sem cercas, onde encontravam tudo disponível.” (MORISSAWA, 2001: 57). Apropriaram-se de nossas riquezas, invadiram nossa terra, mataram nossa gente<sup>2</sup>.

---

<sup>1</sup>Ideia apropriada do livro: MORISSAWA, Mitsue. **A História da luta pela terra e o MST**. São Paulo: Expressão Popular, 2001.

<sup>2</sup>Para uma melhor compreensão do processo de distribuição de terras nos fins do século XVIII e início do XIX, assim como da gênese dos conflitos pela posse desta, ver: **Direito à terra no Brasil**. A gestação do conflito. 1795-1824. Nesta obra a historiadora Márcia Maria Menendes Motta, problematiza o direito a terra no final do período colonial e início do Império, a partir de uma análise da instituição do sistema das sesmarias.

Neste cenário, de colonização nasceu o brasileiro, híbrido que passou a travar lutas não somente pela posse de terra, mas também pela afirmação de sua própria identidade. A partir deste momento a história do Brasil passou a ser construída sob uma óptica portuguesa de exploração, uma história que se perpetua até os nossos dias. Como uma nação que se afirmava passou por diversas mudanças, mas também por permanências incontáveis na constituição de sua história. As nomenclaturas são inúmeras, Colônia, Império, República, Republica Nova. Cada período um discurso, uma estratégia política, um jogo de interesses de uma elite dominante sob uma grande parcela de homens e mulheres que lutavam por um espaço neste cerco. De todas essas épocas somos bem mais que sobreviventes, somos viventes.

Contudo, a luta pela posse de terra no Brasil foi um processo sem grandes destaques nas produções historiográficas, assim como no próprio cenário nacional, não ganhando espaço nas discussões políticas de nossos governantes. Isso evidentemente por não irem de encontro com os interesses econômicos dos grandes latifundiários, que são os grandes aliados do Estado desde que o Brasil se instituiu enquanto nação. “O modelo que até hoje prevalece no meio rural é aquele oriundo dos interesses do latifúndio colonial, hoje 'modernizado' chamado de forma eufêmica de agronegócio, mas, como dantes, concentrador e excludente.” (ALVES; BRANCOLINA; CARVALHO FILHO, 2013:157).

Apenas no governo de João Goulart, na década de 60 percebemos que o desejo de uma reforma agrária passa a ganhar espaço no cenário político-econômico brasileiro. Quando Jango assume a presidência o Brasil vivia um clima de agitação política, de lutas dos camponeses pela reforma, e isso de certa forma contribui para os discursos que emergem em torno de uma reforma. Contudo, conhecemos bem o desfecho dessa história. Jango deposto... “No dia 1 de abril, não era mentira, não, Jango estava deposto e nós condenados aos vinte anos no escuro.” (MORISSAWA, 2001: 84). Vinte e um anos no escuro e uma reforma não implantada.

Todavia, aparentemente a primeira lei de reforma agrária no Brasil, intitulada Estatuto da terra, iria finalmente acontecer em 1964, com o governo militar. Entretanto, essa reforma mais uma vez não se concretizou. Não passou na verdade de uma estratégia política para

controlar as reivindicações dos camponeses, principalmente a Liga dos Camponeses, uma forma de acalmar a massa e vender ideologias.

Dessa forma, a terra permaneceu sob o regimento de um sistema governamental totalitário, o militar. O que significa dizer também que o acesso a terra se tornou restrito aos camponeses e totalmente aberta apenas aos grandes proprietários de terras, visto que estes eram os aliados dos militares. Em consonância com o Estatuto da Terra foi criado também o IBRA (Instituto Brasileiro de reforma Agrária), que seria exatamente o órgão responsável pela reforma. (MORISSAWA, 2001:100).

*Enfim, o Estatuto da Terra não saiu do papel e a política agrária real do regime militar significou, de fato, a entrega de mais terras aos comerciantes e as industriais. E foi nesse período que se entregaram grandes extensões de terras públicas da região da Amazônica a grupos empresariais e também a multinacionais que, segundo o Incra, possuem hoje 30 milhões de hectares no Brasil.*

Devido a não implantação da reforma agrária, na década de 70 no governo de Médici, foram iniciados programas de colonização, que tinham o fito de substituir exatamente essa reforma. Porém, esses programas também se referiam a mais uma estratégia política, visto que com a não concretização do Estatuto da Terra a grande massa de trabalhadores estava revoltada, e o governo precisava novamente acalmá-los. Nessa perspectiva, enxergam nesse processo de colonização mais uma forma de controlar os movimentos dos trabalhadores rurais sem ter que mais uma vez implantar a reforma agrária, promovendo apenas os projetos de colonização.

Essa empreitada consistia em ocupar territórios do Brasil que ainda não eram colonizados, como a Amazônia. Médici fundamentava a ocupação da seguinte maneira: “levar homens sem terra para terras sem homem.” No entanto, esses projetos fracassaram, devido à falta de assistência médica, técnica e alimentar. Foram vistos como um mal investimento, que acarretou uma perda aos cofres públicos. Na verdade, grande parte dos locais colonizados foi comprada por uma elite latifundiária, reiniciando o processo de luta pela posse de terra. Mais uma vez, pequenas famílias lutavam contra uma classe dominante, muitas foram expulsas das terras ocupadas e obrigadas a voltar para os seus lugares de origem.

Dentre os programas criados nesse período destacamos alguns; Integração Nacional (PIN) (1970), Programa de Redistribuição de terras e de Estímulo à Agroindústria do Norte e do Nordeste (Proterra) (1971), Programa Especial para o Vale do São Francisco (Provale)

(1972), entre outros. “No fim do período da ditadura militar ocorreu o agravamento do conflito fundiário, como uma das consequências do processo de modernização conservadora da agricultura brasileira.” (ALVES; BRANCOLINA; CARVALHO FILHO, 2013:160). Em consonância a este fato os trabalhadores mais uma vez se organizavam, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) emerge neste contexto.

Nesse emaranhado histórico das lutas pela posse de terra percebemos as resistências do homem do campo, que ao reivindicarem o seu direito pela terra, revelam a não submissão ao estado e suas leis que sempre favoreceram as classes dominantes. A luta materializa a força dos homens quando organizados. No cenário de ditadura, inúmeras lideranças camponesas foram reprimidas e perseguidas, como as Ligas Camponesas. Contudo, as fontes historiográficas são poucas desses períodos. Não houveram tantos registros devido à repressão. Mas é pertinente elucidarmos a ditadura não se fez presente apenas no meio urbano como imaginamos.

Em linhas gerais, o regime militar conclui o seu governo sem implantar a reforma e sem promover nenhuma melhoria na vida do homem do campo. Os projetos de colonização resultam apenas em inúmeras famílias sem terras como já elucidamos. Contudo, agimos de forma arbitrária ao problematizarmos as lutas pela posse de terra de forma tão breve para um contexto histórico tão amplo, quanto o regime militar. Cometemos de certa forma um “crime” contra a história. Todavia, a parte central do nosso trabalho refere-se a uma contextualização da região do Seridó e a nossa articulação junto às comunidades rurais no projeto da Incubadora AFESOL. Nessa primeira parte intentamos apenas destacar que as lutas pela de terra no Brasil é histórica e se mantiveram mesmo em meio a uma ditadura.

Entretanto, antes de darmos início às problematizações do segundo ponto de reflexão da nossa pesquisa, que se refere à parte central desta produção, elucidaremos de forma breve como estão distribuídas as terras na região Seridó em um cenário atual, a partir de dados disponibilizados pelo IBGE, com o fito de percebermos como se organiza economicamente o Seridó potiguar.

Segundo Francisco das Chagas Bezerra, técnico de estudo, pesquisa e mapeamento do IBGE do município de Caicó\RN as terras na região Seridó estão organizadas da seguinte forma: 45% para agricultura de subsistência, 15% horticultura, 40% para a pecuária e

agricultura. Por meio de suas pesquisas e mapeamentos da região, afirmou que o Estado do Rio Grande do Norte refere-se a melhor bacia leiteira da região do Seridó, fato que este que abordaremos melhor ao longo do trabalho.

### **O rural em cena: contextualizando o Seridó Potiguar x Incubadora AFESOL**

No século XX a região do Seridó passava por momentos difíceis em sua economia, encontrava-se enfraquecida, com a queda na produção de algodão. Nessa perspectiva, a atividade pecuarista ganhou espaço e se afirmou enquanto atividade geradora de lucros.

*A priori*, emergiu exatamente como uma solução para superar a crise algodoeira, entretanto, desenvolveu-se e passou a ser considerada a principal fonte de renda da região Seridó permanecendo até os dias atuais, apesar de toda controvérsia que esta atividade gera na região do Seridó, pois como sabemos a cultura de agropecuária é muito devastadora para o solo, principalmente por estarmos no semiárido, e as técnicas de manejo (rodízios) são pouco conhecidas e praticamente não são utilizadas, gerando o que chamamos de processo de desertificação já visíveis em algumas regiões.

*Com o declínio da cotonicultura nos fins do século XX, o Seridó precisou fortalecer suas bases econômicas para resistir as crises advindas da falência múltipla da cotonicultura e da mineração. Dessa forma, a pecuária foi se firmando como uma estratégia econômica para superar as adversidades que se abateram sobre a região.*<sup>3</sup>

Voltou-se desde a sua emergência principalmente para produção do leite e seus derivados, o que permitiu o nascimento de mais de “300 unidades artesanais de laticínios, denominados queijeiras, e emprega direta ou indiretamente aproximadamente 2000 pessoas.” (AZEVEDO; LOCATEL, 2009: 142.)<sup>4</sup>.

*Há mais de um século a região do Seridó Potiguar produz artesanalmente diversos derivados do leite, merecendo destaque os queijos do tipo coalho e de manteiga, doces, nata, manteiga fundida, biscoitos, bolachas, dentre outras iguarias da culinária regional.*

<sup>3</sup>Com relação à crise do algodão na região do Seridó em fins do século XX, assim como da citação, foram ideias apropriadas do próprio projeto AFESOL: Pedagogia da Alternância e Educação Popular na Incubação de Empreendimentos Solidários: Replicando a Experiência da Incubadora AFESOL no Território do Seridó. E como o projeto não se refere a uma publicação encontra-se disponível apenas entre os bolsistas do referido projeto e o professor coordenador na Universidade Federal do Rio Grande do Norte\Ceres de Caicó.

<sup>4</sup>A referência acima se trata das duas citações.



Dessa forma, a principal e muitas vezes a única fonte de renda das comunidades rurais sertanejas está centrada exatamente na atividade agropecuária. Elas vendem o seu leite geralmente para o programa do governo do Estado ou para as queijeiras mais próximas. Nessa perspectiva, o Projeto da Incubadora Articulação e Fortalecimento de Empreendimentos Solidários – AFESOL, que dá nome ao nosso trabalho, integrou-se ao contexto histórico e econômico da região com a implementação dos tanques de resfriamento na região do Seridó, para assim tornar seu trabalho junto às comunidades rurais possível.

Na verdade, ele emerge como resposta as dificuldades dessas comunidades, que sofrem com a competitividade do mercado, e necessitam de tanques de resfriamentos para armazenar o leite produzido e tornar a atividade mais lucrativa, além de melhorar a qualidade do produto, visto que o tanque de resfriamento verifica o nível de acidez do leite.

#### *O projeto AFESOL e os tanques de resfriamento*

Surge da necessidade da criação de meios para cumprimento da *normativa 51*, que prega em sua essência que: a comercialização e o transporte do leite devem a partir de então seguir determinadas normas de higiene e padrão qualitativo antes que este seja pasteurizado ou transformado em qualquer variante<sup>5</sup>. Na realidade esta normativa foi criada para dar corpo e fomentar alguns programas sociais de âmbito federal e estadual, neste caso específico a distribuição de leite a populações carentes e também a população escolar. Seguindo ainda a lógica dos programas sociais, o foco para distribuição deste produto (leite) foi o pequeno produtor, incluindo neste momento um programa social já em vigência: o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF.

Neste momento estes programas se deparam com um problema comum em quase todas as regiões do país, onde a distribuição do leite advinha de pequenos produtores: a cultura do transporte em barris sem condições adequadas de higiene o que resultava no comprometimento da qualidade do leite a ser distribuído à população. Dentro desta perspectiva, o Governo Federal juntamente com os Governos Estaduais, passam a implantar os tanques de resfriamento para tentar amenizar os riscos de contaminação do leite.

---

<sup>5</sup> Ver Instrução Normativa 51. Disponível em: [http://www.emater.rn.gov.br/contentproducao/aplicacao/emater/instituicao/leis\\_normas/instrucaonormativa51.pdf](http://www.emater.rn.gov.br/contentproducao/aplicacao/emater/instituicao/leis_normas/instrucaonormativa51.pdf). Acesso em: 05 fev. 2013.

No entanto, esta medida se torna paliativa uma vez que a população diretamente afetada pela implantação destes tanques não tem nenhum tipo de envolvimento no processo de adesão, ou seja, produtores completamente alheios quanto à forma de manuseio destes tanques e até mesmo até onde esta implementação atingiria suas rotinas e culturas de produção.

Dos 25 tanques adquiridos pelo governo do estado do Rio Grande do Norte em parcerias com o Governo Federal e prefeituras municipais, apenas dois, estão em funcionamento. Para cada cidade onde o tanque foi adquirido encontramos uma realidade diferente a ser contada: alguns nem sequer foram instalados ou se encontram em situações de risco de conservação (exemplo no município de Ouro Branco, onde o tanque está guardado em uma oficina mecânica); outros aguardam condições ideais de estrutura idealizadas pelo IDIARN (Instituto Desenvolvimento Infraestrutura Agrícola do Rio Grande do Norte); outros já estão em condições ideais, mas esbarram na má vontade política ou na falta de articulação dos produtores rurais.

Na maioria dos casos onde os tanques aguardam condições estruturais de instalação, o problema advém da contrapartida do município ou do repasse do governo estadual para concretização dos projetos, sabendo-se que a contrapartida federal já foi dada há muito tempo, bastando saber onde ficou o dinheiro destinado as instalações. Já nos municípios onde os tanques foram instalados e não estão em funcionamento, encontramos outra realidade, bem diferente das propagandas dos programas sociais do Governo do Estado do Rio Grande do Norte, que é a falta de pagamento pelo leite recebido dos produtores, outro agravante que podemos destacar é período de seca deflagrado desde o ano de 2012 que vem se estendendo até os dias atuais, inviabilizando a pecuária no sertão do Seridó.

Com relação à AFESOL refere-se a um projeto de extensão desenvolvido na Universidade Federal do Rio Grande do Norte/CERES de Caicó em parceria com o Laboratório de Movimentos Sociais e Educação Popular- LAMPEAR, que são dois projetos integrados que atuam no meio rural desde 2011. Trata-se da continuidade das ações desenvolvidas pelo projeto “Formação Sociopolítica e Técnica da Cadeia Produtiva do Leite: Aplicação de Estratégias da Pedagogia da Alternância no Rio Grande do Norte”. Fundamenta sua prática nos princípios da autogestão e parte do pressuposto da Pedagogia da Alternância



de Paulo Freire, que objetiva colocar o homem do campo na condição de sujeito ativo no meio no qual está imerso, livre das amarras dos padrões capitalistas, ou de um Estado coercitivo.

Para este fim visa desenvolver, através de ações sociopolíticas, a expansão da cadeia produtiva do leite e da economia popular e solidária nas comunidades rurais da região do Seridó Potiguar. O público alvo são homens, mulheres e jovens que estão relacionados com o trabalho com a terra, associações e cooperativas do leite. Atualmente a AFESOL é constituída por 13 bolsistas, incluindo os voluntários que se dividem em duplas para atenderem as comunidades em sua totalidade. Está presente em seis municípios do Rio grande do Norte. São eles: São Fernando, Ouro branco, São João, São José, Caicó e Serra Negra do Norte. E com relação à atividade pecuarista no Rio Grande do Norte: (AZEVEDO; LOCATEL, 2009: 144.).

*[...] a agropecuária sertaneja seridoense apresenta um forte potencial econômico, tendo em vista a diversidade e a quantidade de produtos derivados lácteos, com uma qualidade sui generis no estado e no país. O setor artesanal de laticínios se apresenta como uma importante estratégia de sobrevivência para boa parte das famílias rurais da região surgindo no interior desta toda uma teia de relações, verdadeiras redes sociais que definem, evocam e difundem a cultura desta sociedade.*

Descreveremos agora sucintamente como se dá o nosso trabalho iniciado no ano de 2012 no município de Serra Negra do Norte, na comunidade rural Arapuá, visto que é a comunidade na qual atuamos. Destacamos apenas, que os dados elucidados ao longo desta pesquisa, referem-se aos resultados obtidos nas rodas de conversa, nos relatórios e entrevistas realizados com os membros da mesma.

Ao irmos ao encontro da comunidade optamos, *a priori*, pela realização de rodas de conversa, dessa forma, foram reuniões dialógicas, onde buscamos primeiramente ouvir os moradores, para conhecermos a dinâmica da comunidade e podermos nos articular junto à mesma. Nas nossas rodas de conversa estiveram presentes os bolsistas do projeto AFESOL, juntamente com alguns residentes da comunidade, como uma parcela feminina composta por uma professora e bordadeiras, representadas por Matilde, Salete e Maria Elzide, a presidente da Associação Dona Francisca, e uma parte dos produtores de leite, como os senhores Francisco, Inácio e Eugênio.

Com relação ao Arapuá, vivem cerca de sessenta e cinco moradores, suas atividades econômicas estão centradas apenas na cadeia produtiva do leite, visto que possuem uma

agricultura voltada especificamente para o próprio consumo, devido aos problemas encontrados com o cultivo do solo, que segundo os mesmos não é fértil. Existe também uma associação na comunidade, mas que funciona somente quando é preciso tomar alguma decisão, ou quando a mesma recebe visitas.

A comunidade é composta por cerca de quinze a dezoito produtores, que inicialmente vendiam o seu leite para o governo do Estado. Contudo, como o governo não estava efetuando o pagamento começaram a vender para uma queijeira, localizada na cidade de Caicó/RN (queijeira Dona Gertrudes), município vizinho de Serra Negra do Norte/RN.

Entretanto, destacamos que a comunidade tem inúmeros prejuízos nessa troca comercial, visto que a queijeira recolhe o leite todos os dias, cobrando assim o valor da despesa com o transporte, e nem sempre a queijeira deseja recolher esse leite, já que a comunidade produz pouco leite de um dia para o outro. Deste modo, muitas vezes esse leite estraga-se, principalmente no período chuvoso, por dificuldades com o armazenamento e transporte.

Contudo, todas essas dificuldades podem ser amenizadas gradativamente com a existência de um tanque de resfriamento. Onde, os pequenos produtores poderiam armazenar esse leite no tanque por até três dias, podendo assim ser recolhido a cada dois dias pela queijeira. Tornou-se agora uma atividade bem mais lucrativa para os produtores, que não teriam mais que pagar todos os dias o deslocamento do transporte, além de produzirem um leite mais saudável.

No entanto, nessa comunidade já existe um tanque de resfriamento parcialmente instalado e que infelizmente nunca chegou a funcionar por falta de peças. Segundo os membros da mesma, o conserto do tanque está avaliado em torno de oito mil reais, valor este que, segundo relato dos moradores, o poder municipal da cidade de Serra Negra do Norte, também já havia se “prontificado” a disponibilizar, todavia, não houve mobilização por parte da comunidade do Arapuá na captação deste recurso. Nessa perspectiva, o nosso trabalho na comunidade tem o fito de juntamente com a mesma, solucionar esses empecilhos, que impedem o funcionamento do tanque, mesmo que minimamente. É evidente que este tanque tornará a atividade econômica desses trabalhadores bem mais lucrativa, coletiva e autogerida.

Contudo, sabemos que o funcionamento do tanque depende do empenho da comunidade, a AFESOL tem o dever de caminhar ao lado do trabalhador rural, motivá-lo a ser um sujeito ativo em sua comunidade, mas não pode solucionar os problemas desta. Devido a isso, em nossas rodas de conversas, ao ouvirmos dos moradores quais eram os problemas que tornavam o tanque inapto, e ao ouvirmos também quais seriam os possíveis caminhos de solucionar esses problemas, assumimos o compromisso de juntamente com eles resolvê-los, mas não sem a atuação dos mesmos.

Em meio as nossas rodas de conversa sentíamos que permeava nas palavras desses homens e mulheres do campo o desejo de mudança, de rompimento com a opressão de sistemas econômicos que devoram o ser humano, como se esses fossem presas, e não oferecem ao trabalhador rural nenhuma condição trabalhista. Fato que se materializou nas palavras dos moradores: “[...] O homem do campo muitas vezes não tem comida, não tem boas condições, só tem a coragem de trabalhar [...].”<sup>6</sup>

Compreendemos que o nosso trabalho na comunidade Arapuá, assim como nas outras comunidades rurais da região do Seridó, materializam o nosso desejo de nos engajarmos como coadjuvantes na luta do homem do campo. Isso por acreditarmos que a construção de um mundo mais justo, com igualdade social não é um mero devaneio, mas sim produto da nossa atuação na sociedade em que vivemos.

Ao longo desta pesquisa buscamos revelar que o meio rural é um espaço provido de historicidade, que a luta pela posse de terra também se fez presente em meio a um cenário de ditadura e que o homem do campo incorpora a força transformadora do ser humano que não se submeteu nem mesmo ao totalitarismo dos governos militares. Foi neste contexto que emergiu o MST. E por fim, descrevemos o projeto AFESOL, que ultrapassa os muros da academia e vai ao encontro do homem comum, o homem do campo e através de um trabalho de pesquisa-ação se insere na sua realidade, busca compreendê-la e transformá-la junto com cada homem e mulher do campo, que anseia por melhores condições de vida.

Em suma, o nosso trabalho na Incubadora de Cooperativas AFESOL, refere-se a “formação” sociopolítica das comunidades que estão ao entorno dos tanques de resfriamento da região do Seridó. Enfocamos neste artigo a Comunidade de Arapuá em Serra Negra do

---

<sup>6</sup> Trecho retirado da roda de conversa da experiência relatada por um trabalhador.

Norte, por termos sentido maior abertura e receptividade junto a está para o desenvolvimento do trabalho na AFESOL em toda sua amplitude (no trato da autonomia, educação popular e consequentemente a inserção da Comunidade Arapuá numa Rede de Economia Popular e Solidária).

No entanto, este trabalho não tem se apresentado de maneira fácil, pois as comunidades que compõem o público alvo de nosso projeto estão sob a mira, “[...] do avanço desenfreado do atual modelo de desenvolvimento econômico, baseado nas relações de exploração do ser humano, pelo esgotamento dos recursos naturais do planeta e ainda amparado pela cultura do pensamento único”. (MARIANA, 2011: 13).

Aumentando assim as barreiras para o desenvolvimento de um trabalho, pensado em termos de economia popular, como entendemos “significa, sobretudo, uma opção, um modo de vida - que nada mais é do que um modo de produção – o que implica um projeto de sociedade e novos valores” (GADOTTI, 1999: 13), o que nos faz vislumbrar um longo caminho a ser percorrido junto às comunidades, em específico a Comunidade de Arapuá, que está em busca de um caminho próprio, que pode vir a tender pela via da auto-organização comunitária ou continuar seguindo reféns dos atravessadores de seus produtos e pela falta de estruturas básicas na comunidade a espera do poder público.

Para que o caminho seja o da auto-organização depende da concepção de novos valores a serem implementados que segundo GADOTTI são: articulação, parceria, rede, co-manutenção, contra partida, co-gestão, diversidade cultural e identidade cultural.

Porém a inserção e concepção destes valores para comunidade dependem em grande parte de um minucioso trabalho de desconstrução do que vamos chamar aqui de “coronelismo” que está enraizado no cotidiano da região seridoense. Coronelismos estes que vão se reinventando historicamente com o passar dos tempos, representado hoje não somente pelo detentor de grandes terras, mas também pelo poder público indo até os donos de fábrica.

Outro minucioso trabalho a ser feito no terreno das “desconstruções” é a tentativa de amenizar a marca deixada pelos aproveitadores que se apossando do Cooperativismo em proveito próprio enganou e endividou muitos agricultores, estes hoje veem o cooperativismo ou qualquer atividade relacionada com grande desconfiança.

Portanto, com o desfecho deste trabalho, acreditamos que somente “a educação, em conjunto com os movimentos sociais livres da tutela do Estado, serão cimento [...] e sustentação a um novo projeto de sociedade”. (FARIAS, 2009:41).

## Referências:

ALVES, Fábio; FERREIRA, Brancolina; CARVALHO FILHO, José Juliano de. **Constituição Vinte Anos: Caminhos e descaminhos da Reforma Agrária – Embates e (permanentes), avanços (poucos) e derrotas (muitas).** Disponível em: <[www.ipea.gov.br/sites/000/2/publicacoes/.../bps.../06\\_capt03.pdf](http://www.ipea.gov.br/sites/000/2/publicacoes/.../bps.../06_capt03.pdf)>. Acesso em: 20 jan. 2013.

AZEVEDO, Francisco Fransualdo; LOCATEL, Celso Donizete. **A REPRODUÇÃO CAMPONESA NO SEMIÁRIDO POTIGUAR: importância do setor artesanal de laticínios para as famílias rurais seridoenses.** Disponível em: <[periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/okara/article/download/.../4725](http://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/okara/article/download/.../4725)>. Acesso em 03 fev. 2013.

FARIAS, Isabel Maria Sabino de. **Didática e docência: aprendendo a profissão.** Brasília: Liber livro, 2009.

GADOTTI, Moacir. GUTIERREZ, Francisco. (orgs). **Educação Comunitária e Economia Popular.** 2ª ed. São Paulo: Cortez, 1999.

LINHARES, Maria Yedda. **História Agrária.** CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (Orgs.). **Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia.** 2ªed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.

MARIANA, Fernando Bomfim. **Autonomia Social, Direitos Humanos e Educação Ambiental.** Disponível em: [www.anpae.org.br/congressos\\_antigos/simposio2009/112.pdf](http://www.anpae.org.br/congressos_antigos/simposio2009/112.pdf). Acesso em: 21 jan. 2013.

MORISSAWA, Mitsue. **A História da luta pela terra e o MST.** São Paulo: Expressão Popular, 2001.

# XXVII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA

Conhecimento histórico e diálogo social

Natal - RN • 22 a 26 de julho 2013

ANPUH  
BRASIL